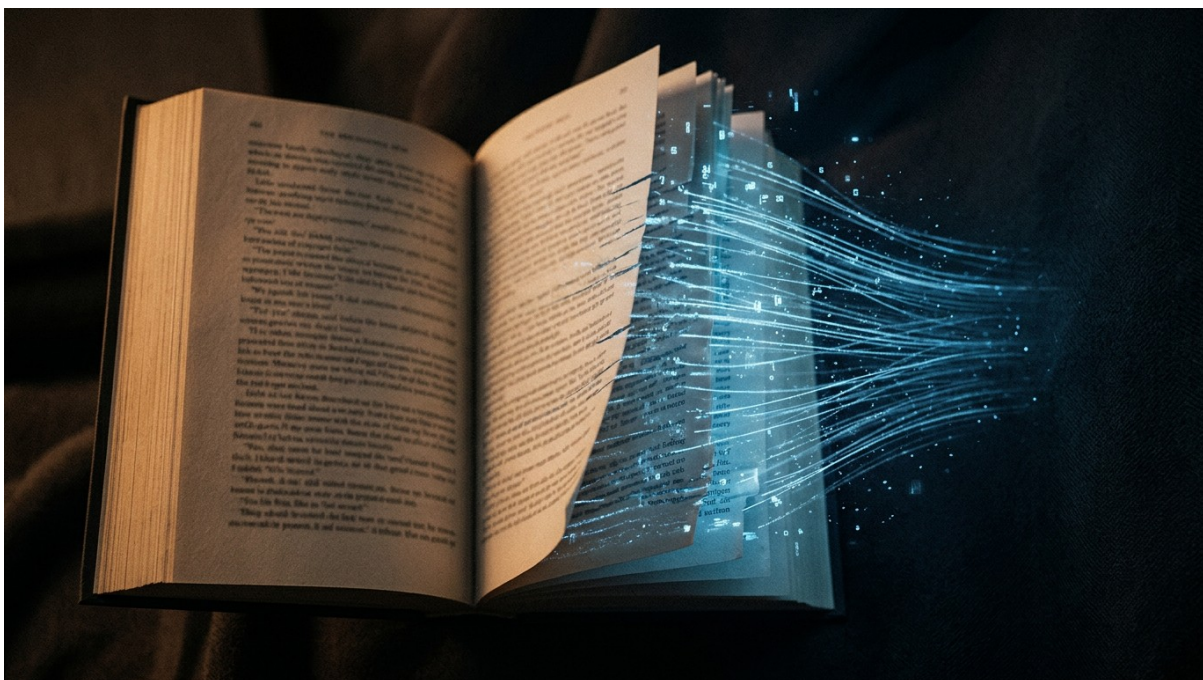


COMUNICADO URGENTE

Livros impressos, IA e direitos: por que não avançamos com ofertas que somavam centenas de milhares de dólares e o que propomos ao setor editorial



Diversas ofertas de grandes plataformas tecnológicas, mediadas por acordos de confidencialidade e milionárias em seu conjunto, deixaram de ser simples operações comerciais. Na economia da inteligência artificial, elas também são a porta de entrada para uma discussão muito mais profunda: reprodução digital, mineração de textos e dados, rastreabilidade do conteúdo e capacidade real dos titulares de estabelecer condições de uso sobre suas obras. Por isso, na Hipertexto - Netizen, decidimos não avançar, mas sim agir.

Tornamos pública esta decisão porque o problema é maior do que qualquer empresa: diz respeito a todo o setor editorial. O que está em jogo é a posição do setor editorial diante de operações que já não podem ser lidas com as categorias de alguns anos atrás. O livro impresso também entrou na conversa sobre IA, e o ecossistema do livro precisa responder com mais clareza, melhores sinais e uma agenda urgente de proteção e coordenação.

O QUE ACREDITAMOS E PROPOMOS DESDE A HIPERTEXTO - NETIZEN

Deter ofertas de plataformas tecnológicas e vendas de risco porque já não podem ser avaliadas como simples compras e vendas de exemplares impressos, mas também por suas implicações sobre o conteúdo. Comprar um livro impresso não equivale a uma licença para reproduzi-lo,

digitalizá-lo ou incorporá-lo em processos de mineração de textos e dados ou de treinamento de modelos.

Não se trata de um caso isolado: boa parte do setor editorial continua chegando a essas conversas sem reservas de uso visíveis, verificáveis e legíveis por máquina. Desde a Hipertexto - Netizen (HN), construímos ferramentas, padrões e sinais apoiados no SIMEH (Sistema Integrado de Metadados Padronizados) para que as editoras possam declarar restrições, reforçar a rastreabilidade e tornar visíveis suas condições de uso perante pessoas e sistemas automatizados.

Convocamos o setor e as associações da Ibero-América a passar da preocupação dispersa a uma resposta coordenada: revisar catálogos, reforçar metadados, ativar reservas frente ao uso de obras em mineração de textos e dados e treinamento de IA (TDM), atualizar páginas de direitos e gerar ações alinhadas às necessidades atuais.

Por que interrompemos essas vendas

Na Hipertexto - Netizen, analisamos ofertas de grandes plataformas tecnológicas para adquirir livros impressos. Embora representassem uma oportunidade comercial muito relevante, decidimos não avançar porque abriam uma questão de fundo: o que poderia ocorrer com esses exemplares ao saírem do circuito editorial e entrarem em uma lógica de aquisição em massa.

No plano jurídico, isso já não era uma simples compra e venda. Quando um distribuidor vende um livro a um leitor, a uma biblioteca ou a outra livraria, o negócio é claro e limitado: transmite-se a propriedade do exemplar físico e opera o esgotamento do direito de distribuição. Contudo, quando existe suspeita razoável de que a finalidade pode ser a reprodução digital em massa para treinar modelos, a operação muda de natureza e roça um cenário muito mais desconfortável: a facilitação consciente de um uso que pode comprometer direitos de reprodução que não pertencem ao distribuidor, mas a editores e autores.

A isso soma-se uma questão de boa-fé. No mundo analógico, distribuimos livros impressos, mas não somos titulares de seus direitos de reprodução. Entregar exemplares sabendo — ou aceitando como irrelevante — que poderiam ser instrumentalizados em uma operação de reprodução não autorizada seria, no mínimo, eticamente questionável e juridicamente arriscado perante as editoras que confiaram seus catálogos à Hipertexto - Netizen.

Casos como *Bartz v. Anthropic* — hoje um dos maiores litígios abertos pelo uso massivo de livros para treinar modelos — evidenciam o alcance do dano que essas operações podem causar a autores, editoras e ao conjunto do setor. Contribuir para uma cadeia desse tipo, ainda que de forma indireta, seria incompatível com o que temos defendido publicamente.

O livro impresso já entrou na discussão sobre IA

O debate sobre IA e direitos editoriais costuma concentrar-se em arquivos digitais, repositórios web e catálogos on-line. Essa leitura tornou-se insuficiente. O livro impresso também está em jogo: pode ser adquirido, digitalizado, transformado e conduzido a fluxos de processamento em larga escala. A materialidade do exemplar não elimina a possibilidade de uma reprodução posterior do conteúdo.

A distinção não é menor. Adquirir um objeto físico não equivale a adquirir o direito de reproduzir a obra que ele contém. Confundir a circulação de exemplares com a autorização sobre o conteúdo é uma simplificação perigosa e, no ambiente atual, pode acabar enfraquecendo a posição de autores, editoras e titulares de direitos.

O analógico e o digital já não estão separados por uma fronteira nítida. A proteção do catálogo não pode começar quando o arquivo entra na web: precisa começar antes — na página de direitos, nos metadados, nas políticas públicas de uso, nos registros de reserva e nos sinais que acompanham a obra independentemente do seu suporte.

O que está desprotegido hoje no setor

O principal déficit do setor não é de consciência; é de infraestrutura. Muitas editoras sabem que o problema existe, mas ainda não contam com mecanismos consistentes para expressar, documentar e tornar descobríveis suas condições de uso. Em demasiados casos, a vontade do titular depende de textos dispersos, decisões tácitas ou cláusulas que não dialogam com os sistemas automatizados que hoje percorrem, agregam e processam conteúdos.

Também falta uma linguagem comum. O ecossistema editorial segue falando com demasiada ambiguidade sobre reprodução digital, reservas TDM, rastreabilidade, licenças, identificação de conteúdos e prova da vontade do titular. Essa ambiguidade encarece a defesa e barateia a extração: enquanto não existir um vocabulário claro e compartilhado, a negociação continuará sendo assimétrica.

A isso se soma uma fragilidade regional. Nenhuma editora resolverá sozinha um problema que já é transnacional. A pressão tecnológica não se detém em uma fronteira, em uma feira ou em um catálogo. Sem respostas compartilhadas entre editores, distribuidores, associações, plataformas e organismos do livro, o setor continuará reagindo tarde e de forma fragmentada.

O que estamos fazendo desde a Hipertexto - Netizen

Na Hipertexto - Netizen, passamos da advertência à ação. Assumimos uma posição setorial ativa na construção de infraestrutura para que as editoras possam declarar restrições, reforçar a rastreabilidade e tornar visíveis suas condições de uso perante pessoas e sistemas automatizados. Essa é a lógica na qual se inscrevem o SIMEH, o Book2Data — módulo do SIMEH que extrai metadados ONIX de forma automática a partir de arquivos PDF, EPUB ou Word — e as camadas técnicas e jurídicas que temos desenvolvido em torno de metadados, reservas TDM e prova da vontade do titular.

Na prática, esse trabalho inclui a implementação de restrições em ONIX (padrão internacional de metadados editoriais que acompanha o livro em toda a cadeia de distribuição), a incorporação de sinais TDM legíveis por máquina, o uso de identificadores derivados do conteúdo, como o ISCC (International Standard Content Code, ISO 24138:2024) — um padrão internacional que gera uma impressão digital a partir do arquivo e permite verificar a obra independentemente de seu nome, formato ou hospedagem; o enriquecimento dos fluxos de carregamento e catalogação por meio do Book2Data; e a construção de registros públicos consultáveis. Inclui também a camada web: páginas, cabeçalhos, políticas visíveis e ferramentas de monitoramento e controle, para que a declaração do editor não dependa de um texto isolado, mas sim de um sistema coerente de sinais.

Esse esforço já está publicamente disponível no SIGNAL, <https://signal.simeh.co>, o espaço público gerido pelos editores no SIMEH independentemente do tipo de licença, no qual qualquer pessoa ou sistema automatizado pode consultar declarações e condições de uso TDM das obras registradas, tanto em formato digital quanto impresso, com data e hora certificadas. O SIGNAL não é uma promessa: está em funcionamento, é aberto, em desenvolvimento contínuo e à disposição do setor editorial.

Nossa aposta é ajudar o setor a passar do discurso defensivo a uma capacidade técnica real para documentar, publicar e tornar descobríveis suas reservas. Se o conteúdo editorial tem valor na economia da IA, esse valor precisa de infraestrutura à altura do problema.

Ferramentas que requerem atenção imediata

- Metadados ONIX com restrições de uso claramente declaradas.
- Sinais e protocolos de reserva TDM legíveis por máquinas.
- Identificadores derivados do conteúdo, como o ISCC, para reforçar persistência e rastreabilidade.
- Registros públicos consultáveis, como o SIGNAL, para declarações e condições de uso.
- Políticas visíveis em catálogos, páginas editoriais, cabeçalhos e páginas de direitos.

O que propomos, com caráter de urgência, ao setor editorial

O primeiro passo é deixar de tratar esta discussão como se fosse exclusivamente jurídica ou exclusivamente tecnológica. É ambas ao mesmo tempo. Por isso, propomos uma resposta setorial que combine direitos, metadados, rastreabilidade, política pública e coordenação institucional.

O imediato é concreto: as editoras devem revisar seus catálogos, reforçar a forma como declaram condições de uso sobre suas obras, atualizar metadados, ativar reservas legíveis por máquina, revisar páginas de direitos e fortalecer registros ou mecanismos equivalentes que permitam documentar de forma verificável a vontade do titular. Cada mês que passa sem dar esse passo amplia a vulnerabilidade do setor.

Mas isso não pode ficar restrito a editores isolados. Convocamos uma conversa setorial muito mais ampla e coordenada, com a participação ativa de:

- Câmaras do livro da Ibero-América e suas contrapartes nacionais.
- CERLALC e organismos multilaterais do livro e da leitura.
- Associações de editores independentes e universitários, Grupo Ibero-americano de Editores.
- Distribuidores, livrarias, feiras do livro e plataformas de comercialização.
- Bibliotecas nacionais, redes universitárias e centros de documentação.
- Associações de autores, sociedades de gestão coletiva e titulares de direitos.
- Escritórios e assessores jurídicos especializados em propriedade intelectual e IA.

O problema já é suficientemente grande para continuar sendo abordado em compartimentos estanques. Precisamos de uma agenda pública de implementação com recomendações mínimas comuns, critérios regionais e uma rota de adoção para que o setor chegue mais bem preparado às futuras negociações com grandes plataformas tecnológicas e provedores de IA.

E é preciso uma decisão cultural: deixar de chegar tarde. Não basta reagir quando a operação já está sobre a mesa. É necessário chegar antes, com critérios claros, reservas visíveis e condições de uso explícitas. A

diferença entre negociar a partir da clareza ou do vazio técnico e documental já é, hoje, uma diferença estratégica para o setor.

WEBINAR SETORIAL · QUARTA-FEIRA, 15 DE JULHO, 10h00 (HORÁRIO DE BOGOTÁ)

Convocamos o setor editorial ibero-americano e os agentes do livro para um webinar na **quarta-feira, 15 de julho, às 10h00 (horário de Bogotá)**, com a participação de assessoria jurídica especializada, para explicar em detalhe esta iniciativa, apresentar o **SIGNAL**, esclarecer dúvidas e propor roteiros compartilhados que possam ser endossados, respaldados e implementados pelas associações setoriais.

Equivalências de horário: Cidade do México 09h00 · Bogotá / Lima / Quito / Panamá 10h00 · Santiago / Assunção / Caracas / La Paz / San Juan 11h00 · Buenos Aires / Montevideú / São Paulo 12h00 · Madri / Lisboa 17h00.

Inscrições abertas: <https://shorturl.at/Dl9Zi>

A inteligência artificial está aqui; o setor editorial não pode responder nem com negação nem com resignação. O que pode fazer é chegar a tempo à discussão com melhores sinais, melhores condições de negociação e uma ideia mais clara do que está defendendo.

Se o conteúdo editorial tem valor na economia da IA, esse valor não pode continuar sendo administrado a partir da opacidade, da ambiguidade ou do pressuposto de que o silêncio equivale a consentimento.

O momento de agir é agora. Com mais clareza. Com mais rastreabilidade. Com uma resposta regional coordenada. E com a convicção de que defender os direitos do setor não é um gesto contra a inovação: é a condição para que a inovação seja legítima.

Referências

PUBLICAÇÕES RECENTES DA HIPERTEXTO - NETIZEN

- Quem se cala, treina: Hipertexto - Netizen, editoras e associações em diálogo com a IA — hipertexto.com.co
- Declaração de IA da Hipertexto - Netizen: uso responsável no ecossistema editorial — hipertexto.com.co
- Soberania editorial na era da IA — hipertexto.com.co
- SIGNAL - Registro público de declarações TDM do catálogo editorial — signal.simeh.co

ANÁLISE E OPINIÃO

- A destruição do livro analógico, a ruína da cultura — msn.com
- Comprar livros vendidos e digitalizá-los para treinar a IA — linkedin.com
- Arantza Mellado, O ONIX continuará sendo suficiente para descobrir livros na era da IA? — actualidadeditorial.com

PRECEDENTES INTERNACIONAIS

- Bartz v. Anthropic: o maior acordo de direitos autorais nos EUA sobre uso de livros em IA — legalblogs.wolterskluwer.com
- Anthropic wins on fair use for training its LLMs; loses on building a central library of pirated books — authorsalliance.org

INICIATIVAS E PADRÕES TÉCNICOS

- Bookwire e Liccium: inovação para proteger o conteúdo do uso por IA — bookwire.net
- Liccium: declarações de opt-out TDM baseadas no ISCC (ISO 24138:2024) — docs.liccium.com
- ISCC — International Standard Content Code (ISO 24138:2024) — iscc.codes